



Subsídios aos Combustíveis em Angola

Em Junho de 2023, o Estado Angolano decidiu reduzir o subsídio ao preço dos combustíveis que vinha a praticar desde 2016, mais concretamente sobre o preço da gasolina.

Esta medida já há muito que era referida pelo FMI como necessária e fundamental e, desta a sua implementação no mês passado, tem vindo a ser alvo de um aceso debate em vários sectores da sociedade.

Com este artigo pretendemos fazer uma breve análise à evolução dos preços dos combustíveis e quais poderão ser os possíveis impactos desta medida sobre a economia, bem como as medidas que estão previstas para rebater os eventuais efeitos sobre a economia.

A subvenção ou subsídio público é uma forma de apoio financeiro concedida pelo governo ou por entidades públicas, organizações ou empresas com o objectivo de promover determinados objectivos ou actividades de interesse público, subsídios esses que podem assumir diversas formas, como doações directas, empréstimos subsidiados, benefícios fiscais ou garantias de empréstimos. Angola estabeleceu, desde 2002, subsídios de alguns serviços públicos como água, combustíveis, electricidade e transportes. Dentre esses subsídios, destaca-se os subsídios aos combustíveis. Esta subsidiação aos combustíveis surgiu como uma medida económica e social, resultante de uma integração entre a política fiscal e política de preços, com o objectivo de mitigar o impacto do preço desta categoria de derivados do petróleo na economia em geral, bem como tornar estes produtos acessíveis às populações mais desfavorecidas.

No entanto, desde 2005 o Estado Angolano tem efectuado a retirada gradual destes subsídios e como consequência tem efectuado vários ajustes nos preços dos combustíveis, com maior enfoque sobre o preço da gasolina.

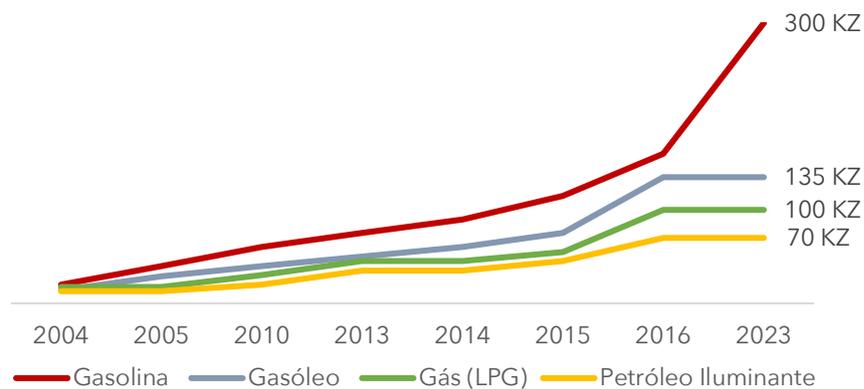
Com este artigo pretendemos fazer uma breve análise à evolução dos preços dos combustíveis e quais poderão ser os possíveis impactos desta medida sobre a economia.

Evolução dos preços dos combustíveis em Angola

Há mais de 20 anos que o preço dos combustíveis em Angola é subsidiado pelo Estado. Inicialmente a medida visava fomentar o crescimento e a diversificação da economia, permitindo aos agentes económicos aceder a combustíveis com preços bastante atractivos, sendo estes amplamente utilizados no desenvolvimento de vários sectores e indústrias. No entanto, esta medida tem vindo a ser apontada por várias agências internacionais como uma medida dispendiosa, pouco equitativa e altamente ineficiente, uma vez que a sua aplicação beneficia todos os agentes económicos de uma forma cega e indiscriminada.

Assim, o Executivo tem vindo a proceder à remoção destas subvenções de forma faseada ao longo dos anos, com principal destaque para a gasolina, que tem sofrido os maiores cortes. Apesar de não ser o tipo de combustível que mais peso tem no total comercializado, é aquele que terá um maior potencial de ineficiência ao nível das subvenções. Assim, em 2023 o seu preço foi actualizado para os 300 Kz/Lt., ao invés dos restantes combustíveis, cujos preços se mantiveram ao nível de 2016.

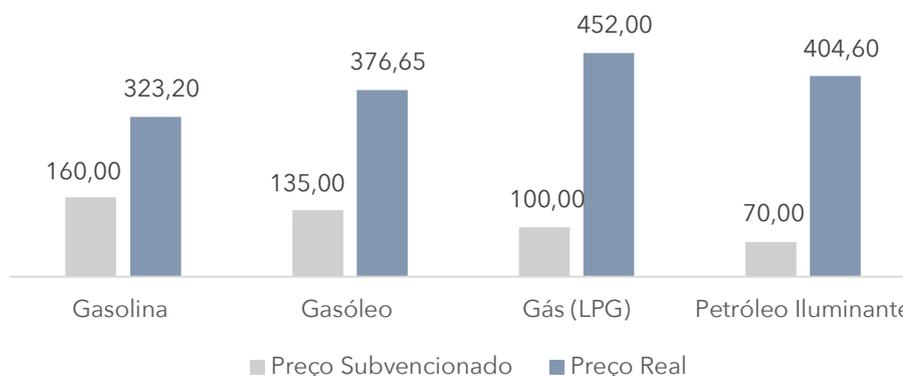
Gráfico 1 - Evolução dos preços dos combustíveis nos últimos 12 anos



Fonte: IGAPE

Esta retirada gradual dos subsídios aos combustíveis em Angola, a começar pela gasolina, tem ocorrido como forma de permitir que os mesmos se aproximem de uma forma cautelosa e faseada dos preços reais, evitando que ocorra uma actualização abrupta que poderia vir a ser bastante prejudicial para a economia e para os agentes económicos.

Gráfico 2 - Preço Subvencionado vs. Preço Real - 2022 (KZ/Lt.)



Fonte: MINFIN

O Executivo prevê que, em 2025, o mercado esteja preparado para que ocorra uma liberalização dos preços neste mercado, privilegiando, no entanto, a subsidiação directa para sectores e segmentos de maior impacto social, tais como a agricultura, pescas, transportes e logística e ainda famílias de menores rendimentos.

Os impactos dos subsídios aos preços dos combustíveis na economia

Nos últimos anos, o FMI¹ tem vindo a recomendar ao Estado Angolano a retirada dos subsídios ao preço dos combustíveis, reduzindo assim a despesa pública nesta matéria, considerando a existência destes subsídios uma medida ineficiente em termos de equidade social e geradora de distorções, uma vez que os maiores beneficiários são os indivíduos que mais consomem o bem subsidiado, independentemente da sua capacidade financeira. Segundo o Relatório do FMI, a retirada do subsídio aos preços dos combustíveis teria dois objectivos essenciais:

- 1) diminuir a despesa pública com este instrumento;
- 2) permitir uma poupança fiscal que poderá beneficiar outros sectores essenciais como na educação e saúde.

A Sonangol e outras distribuidoras adquirem os derivados de petróleo ao preço do mercado internacional e comercializam os mesmos nos postos de abastecimento ao preço subvencionado. Em 2022, e segundo o Relatório Anual dos Custos com Combustíveis e Subsídios do IGAPE, os subsídios aos preços dos combustíveis ascenderam a cerca de KZ 1,98 biliões, o correspondente a USD 3,8 mil Milhões (3,5 mil Milhões Euros).

O impacto destes subsídios nas contas públicas é contraproducente uma vez que para além de não ter o impacto social pretendido, ainda contribui para o aumento das desigualdades uma vez que beneficia tanto mais quanto mais se consumir um

¹ Relatório Technical assistant report—Angola—fuel price subsidy reform the way forward - FMI
Disponível: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/31/Angola-Technical-Assistant-Report-Angola-Fuel-Price-Subsidy-Reform-the-Way-Forward-42680>

determinado derivado do petróleo, e diminui a capacidade do Estado em investir em serviços básicos e projectos direccionados exclusivamente às faixas mais vulneráveis da população.

Acresce referir que, após a liberalização do mercado cambial, a subvenção aos combustíveis acarreta custos acrescidos sempre que existe uma desvalorização do Kwanza ditada pelo mercado. Ou seja, sendo que o custo da importação de combustíveis se materializa em moeda estrangeira, e se o Kwanza perder valor, então o Estado terá de desembolsar mais Kwanzas para manter os preços fixos nos postos de abastecimento nacionais.

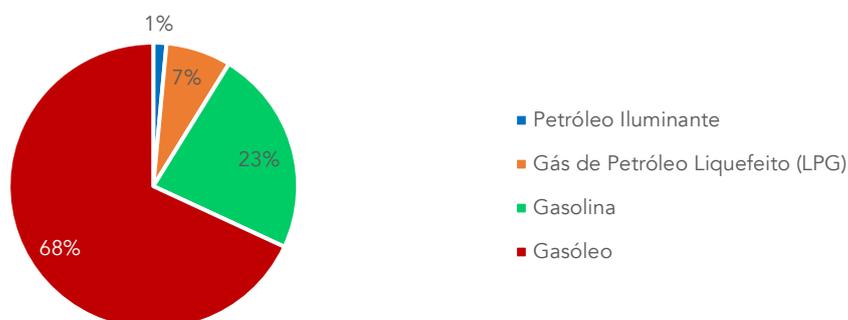
Tabela 1- Relatório anual dos custos com combustíveis e subsídios 2022

Produto	Total 2022			
	Quantidade (m Ton.)	Custo Total (mM Kz)	Subsídios (mM Kz)	Peso subsídios %
Petróleo Iluminante	68,94	33,63	29,02	1%
Gás de Petróleo Liquefeito (LP)	387,00	171,99	144,35	7%
Gasolina	1 182,80	652,83	458,78	23%
Gasóleo	3 038,55	1 723,98	1 347,06	68%
Total	4 677,29	2 582,43	1 979,21	100%

Fonte: IGAPE

Os dados apurados acima evidenciam que em 2022 o gasóleo foi o combustível que representou o maior peso desta despesa, no valor de KZ 1,35 biliões, o que corresponde a 68% do total, seguido da gasolina com um valor de KZ 458,78 mil Milhões, correspondente a 23% do total, enquanto o Gás de Petróleo Liquefeito (LPG) é representado por 7,3% e o Petróleo Iluminante apenas 1,5%.

Gráfico 3 - Peso total dos subsídios



Fonte: IGAPE

Os subsídios aos combustíveis representam um peso considerável do Orçamento Geral do Estado (OGE). Em 2022, o OGE comportava despesas totais estimadas em KZ 18 biliões, dos quais KZ 2 biliões direccionados aos sectores da Educação e Saúde (representando cerca de 11,4% das despesas totais). No entanto, no mesmo ano e segundo o Relatório Anual dos Custos com Combustíveis e Subsídios do IGAPE, as despesas com subsídios aos combustíveis ascenderam a KZ 1 bilião. Este valor, note-se, representa 92% do somatório das despesas dos sectores da Saúde e Educação no OGE daquele ano e terá representado um peso de 10,60% sobre o total das despesas estimadas.

Tabela 2 - Peso dos Subsídios aos Combustíveis no OGE

Rúbricas do OGE	Valor (mM KZ)	% Despesa Total	% PIB	Peso dos Subsídios no Orçamento da Educação + Saúde
Educação	1 244,80	6,60%	2,30%	92%
Saúde	905,50	4,80%	1,70%	
Total Saúde e Educação	2 150,30	11,40%	4,00%	
Subsídios aos Combustíveis 2022	1 979,21	10,60%	3,63%	

Fonte: Relatório de Fundamentação do OGE 2022 e Relatório Anual dos Custos com Combustíveis e Subsídios

Caso não fossem tomadas medidas por parte do Executivo relativamente às subvenções aos combustíveis, e assumindo as estimativas de quantidades a serem consumidas nos próximos três anos, esta despesa poderia crescer a um montante de KZ 6,73 Biliões, o que se assume com um custo inabarcável para os cofres do Estado.

Só em 2023 estava prevista uma despesa com esta rubrica no valor de KZ 2,03 biliões, ainda antes da remoção parcial da subvenção à gasolina. Com esta medida, o Estado prevê uma poupança fiscal a rondar os KZ 400 mil Milhões (Eur 650,5 Milhões), correspondente a pouco menos de metade do orçamento alocado ao sector da Saúde em 2022.

Quais serão os impactos previsíveis na economia da retirada destes subsídios?

Os subsídios aos combustíveis representam uma grande despesa para o Estado. Ao retirar esses subsídios, a poupança daí originada permitirá ao Estado Angolano redirecionar recursos para outros sectores, como educação, saúde ou infraestruturas. Isso pode contribuir para a estabilidade económica de longo prazo e melhorar as condições de vida das populações ao garantir mais e melhores infraestruturas e serviços básicos.

No entanto, e se por um lado esta medida permite ao Estado obter uma poupança fiscal e a possibilidade de realocação dessa poupança para sectores chave, por outro lado o impacto da reforma dos subsídios aos preços dos combustíveis irá manifestar-se nos orçamentos das famílias de forma negativa, numa primeira fase, por duas vias:

- Por via directa, uma vez que a maioria das famílias angolanas recorre aos combustíveis não apenas para garantir o transporte, mas também na sua rotina diária em casa, para cozinhar, para abastecer geradores, entre outros;
- Por via indirecta, uma vez que a retirada dos subsídios irá afectar custos de produção e custos de transporte em alguns sectores que não serão absorvidos pelas empresas e que irão reflectir-se, necessariamente, no aumento dos preços dos bens e serviços consumidos pelos agentes económicos.

Adicionalmente, a recente desvalorização do Kwanza face aos pares internacionais poderá vir a anular os efeitos positivos esperados desta medida nas contas públicas. Desde maio até ao momento, o Kwanza tem vindo a sofrer desvalorizações praticamente diárias face ao dólar norte-americano e ao euro, estando neste momento a perder cerca de 38% e 40% face àquelas moedas, respectivamente. Para comprar um dólar norte-americano em maio seriam necessários 507 Kz, ao passo que em julho, para comprar o mesmo dólar já seriam necessários 824 Kz, o que se traduz numa diferença de 317 Kz. Se realizarmos a mesma análise face ao Euro, a diferença será ainda maior.

Ora, esta desvalorização de 317 Kwanzas por cada dólar norte-americano supera os 140 Kz que o Estado removeu ao subsídio atribuído ao preço de cada litro de gasolina e que o mesmo pretendia poupar com esta medida. Isso implica que qualquer benefício ou poupança que a medida de retirar os subsídios aos combustíveis tenha proporcionado ao elevar o preço da gasolina, a fim de redireccionar recursos públicos para outros sectores e melhorar as condições de vida da população, terá sido anulado pela depreciação do Kwanza.

Em resumo, a retirada dos subsídios aos combustíveis pode ter impactos significativos na economia, afectando os preços, a inflação e os sectores dependentes de combustíveis. No entanto foram implementadas medidas de acompanhamento e mitigação para minimizar os efeitos negativos e maximizar os benefícios dessa transição.

Medidas de mitigação da remoção dos subsídios aos combustíveis

Em complemento a esta medida de remoção parcial das subvenções ao preço da gasolina em 2023, o Estado Angolano propôs um conjunto de medidas de mitigação², na forma de subsídios e transferências sociais e monetárias, para o curto e médio prazo e medidas a longo prazo, que são transversais e segregadas em dois domínios, designadamente, o domínio do apoio às empresas e o domínio do apoio às famílias.

As medidas de curto e médio prazo terão um impacto significativo nos anos de 2023 e 2024, que são os anos em que ajustes serão mais intensos. Essas medidas serão gradualmente eliminadas, alcançando valores residuais nos anos subsequentes a 2025.

² Relatório de Optimização da Despesa Pública pela Realocação dos Subsídios aos Combustíveis, MINFIN

Medidas de Curto e Médio Prazo

I. Apoio às Empresas:

a) Subvenção à Agricultura e Pescas:

O aumento dos preços dos combustíveis tem um impacto directo nos custos de produção agrícola e pesqueira, afectando várias etapas do processo. Estes ajustes nos preços podem comprometer a lucratividade dos proprietários, especialmente aqueles com operações em larga escala, dificultando assim os investimentos nos sectores agrícola e pesqueiro. Esta medida de subvenção tem como objectivo fornecer suporte aos agricultores e pescadores para que possam manter as suas margens de lucro e expandir as suas actividades.

b) Subsídios aos Taxistas e Moto-taxistas:

A fim de evitar um aumento nos preços dos transportes públicos, o Estado propõe a concessão directa de subsídios de combustível aos taxistas e moto-taxistas. Nesse sentido, o Estado fornecerá uma compensação que cobrirá a diferença de custos dos combustíveis.

c) Subvenção ao Transporte de Mercadorias:

O combustível representa uma das despesas mais significativas no sector de transporte de mercadorias. Quando os preços dos combustíveis aumentam, os custos operacionais das empresas de transporte também aumentam, o que pode resultar num aumento no preço final dos produtos. Isso, por sua vez, pode levar a preços mais altos para os consumidores, afectando a população em geral. Esse aumento de preços pode impactar a procura por determinados produtos, especialmente aqueles que dependem do transporte de longa distância.

No entanto esta medida de subvenções protege os custos associados ao transporte de produtos ou mercadorias, incentivando assim o comércio e a circulação de bens, especialmente em áreas remotas, rurais ou de difícil acesso.

Em suma, a implementação de subvenções para o transporte de mercadorias é uma estratégia eficiente para minimizar os efeitos negativos do aumento dos preços dos combustíveis. Essa medida facilita o acesso aos produtos, promove o comércio e impulsiona o desenvolvimento em áreas geograficamente desafiadoras.

II. Apoio às Famílias e Trabalhadores:

a) Capitalização do Fundo Nacional de Emprego de Angola (FUNEA):

Quando os preços aumentam, o poder de compra das famílias diminui. Da mesma forma, altos níveis de desemprego podem diminuir a procura por bens e serviços, exercendo pressão sobre os preços e potenciando uma recessão económica. Com a falta de emprego as famílias têm uma redução drástica ou total falta de renda, o que impacta a capacidade ou o poder de compra. Para melhorar as perspectivas de emprego e oferecer às famílias a oportunidade de obter um rendimento estável, o Estado Angolano criou o Fundo Nacional de Emprego em Angola (FUNEA). A capitalização deste instrumento financeiro tem como objectivo principal proporcionar um maior conforto e melhor qualidade de vida para as famílias de forma abrangente.

b) Reforço do Programa Kwenda:

O programa Kwenda, avaliado em 420 milhões de dólares, recebe financiamento de diferentes fontes. O Banco Mundial contribui com 320 milhões de dólares, enquanto os restantes 100 milhões de dólares provêm do Tesouro Nacional. O objectivo principal deste programa é combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades por meio da transferência directa de rendimento para famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza.

Dado o aumento dos preços dos combustíveis e, conseqüentemente, dos bens e serviços, o fortalecimento deste programa torna-se essencial para aliviar a pobreza, reduzir as desigualdades e promover o bem-estar social. Além disso, busca-se ampliar

o acesso a serviços básicos, como alimentação, saúde e educação, e estimular a economia local.

c) Redução do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT):

A redução do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT) poderá ter um impacto significativo nas famílias, tanto de forma directa como indirecta. As famílias terão mais rendimento disponível para gastar, isso poderá levar a um aumento do poder de compra e proporcionar às famílias a capacidade de atender melhor às suas necessidades básicas, bem como realizar outros tipos de despesas, como lazer, educação ou investimentos.

d) Subsídios aos utilizadores de transportes Rodoviários:

A atribuição de subsídios aos utilizadores de transportes rodoviários pode melhorar significativamente a acessibilidade aos transportes rodoviários, tornando-os mais acessíveis às pessoas de baixa renda e promovendo a equidade no acesso ao transporte. Esses subsídios podem aumentar a demanda pelo transporte público, gerando a criação de empregos no sector de transporte e estimulando a economia local de forma significativa.

Medidas de Médio e Longo Prazo

Com a remoção gradual dos subsídios ao preço dos combustíveis, o Estado terá a oportunidade de realocar essa poupança fiscal em outros sectores, com impacto directo na vida e no bem estar dos cidadãos. Assim, verá reforçada a sua capacidade para realizar investimentos em sectores chave da economia, como a saúde e a educação, bem como o desenvolvimento de infraestruturas vitais ao desenvolvimento económico do País.

Considerações Finais

Os subsídios aos combustíveis em Angola apresentam um desafio significativo para o País. Embora inicialmente tenham sido implementados como uma medida para aliviar o peso dos preços dos combustíveis sobre a população e a economia, estes acabaram por se tornar insustentáveis. Consomem uma parcela substancial do orçamento do Estado, desviando recursos que poderiam ser direccionados para outras áreas prioritárias, criando uma sobrecarga do lado da despesa e limitando a capacidade do governo de investir em projectos de desenvolvimento sustentáveis.

Os subsídios aos combustíveis acabam por beneficiar principalmente os sectores mais privilegiados da sociedade em vez de atingir directamente os grupos de menor rendimento, resultando em uma distribuição desigual.

Ao retirar gradualmente estes subsídios, o Governo busca reduzir os gastos governamentais e promover uma maior eficiência nos recursos, e uma das principais intenções da retirada dos subsídios é o aumento dos preços dos combustíveis, o que afecta directamente a população.

Os efeitos desse aumento são sentidos em várias esferas da sociedade angolana, afectando directamente as famílias, o sector produtivo, o sector dos transportes e o aumento de preço de bens e serviços. Nesse contexto, o governo angolano adoptou medidas a curto e médio prazo para mitigar esses impactos, sem, no entanto, serem conhecidas a extensão em termos temporais e em termos financeiros e o esforço que o Estado terá de compreender nessas medidas.

A retirada dos subsídios aos combustíveis em Angola é uma medida necessária que pode contribuir para a estabilidade económica, reduzir a despesa pública e melhorar o bem-estar geral da população. No entanto, é crucial realizar essa transição de forma gradual e simultânea à implementação de políticas de protecção social, com o objectivo de mitigar os impactos sobre os mais os mais pobres e assegurar uma transição equitativa para toda a população.

Este documento foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda.

Autor da publicação:

Júnior Garcia, Senior Consultant

Email: junior.garcia@kbc.co.ao

Publicação completa a 31 de Julho de 2023, 17:00 (GMT)

Publicação divulgada a 03 de Agosto de 2023, 17:00 (GMT)

Esta Publicação é divulgada somente pelo site da Kitambo Business Consulting.

Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KITAMBO BUSINESS CONSULTING

Esta publicação de pesquisa foi preparada pela Kitambo Business Consulting, Lda. Este artigo é fornecido apenas para fins informativos e não deve ser considerado como uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra ou venda de instrumentos (ou seja, instrumentos financeiros aqui mencionados ou outros interesses no que diz respeito a tais instrumentos financeiros).

A publicação de pesquisa foi preparada de forma independente e exclusivamente com base em informações disponíveis publicamente que a Kitambo Business Consulting considera confiáveis. Apesar de ter sido tomado um cuidado razoável para assegurar que o seu conteúdo não é falso ou enganoso, não é feita nenhuma representação quanto à sua exactidão ou integridade sendo que a Kitambo Business Consulting não assume qualquer responsabilidade por qualquer perda directa ou consequential, incluindo, sem limitação, qualquer perda de lucros, decorrente da confiança neste relatório de pesquisa.

As opiniões aqui expressas são as opiniões dos analistas responsáveis pela elaboração da publicação de pesquisa e reflectem o seu julgamento de acordo com a data deste documento. Estas opiniões estão sujeitas a alterações e a Kitambo Business Consulting não se compromete a notificar qualquer destinatário desta publicação de tais alterações nem de quaisquer outras alterações relacionadas com as informações fornecidas aqui. A KBC não se responsabiliza por qualquer perda de qualquer pessoa com base nesta publicação.

A KBC é uma empresa de consultoria de gestão, fundada em Angola e conhecedora do mercado africano. Para mais informações visite www.kbc.co.ao